



# CASTELO DA LOUSA

*Testemunho da civilização romana no Guadiana*

- ▶ **Coordenação de conteúdos e textos**  
António Carlos Silva
- ▶ **Colaboração**  
M<sup>a</sup> João Lança
- ▶ **Cartografia original**  
José Perdigão
- ▶ **Quadros cronológicos**  
Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- ▶ **Cartografia histórica**  
"História de Portugal, V. 1", Círculo de Leitores
- ▶ **Fotos**  
EDIA, IPPAR (Évora), C.A. Mértola, A.C.Silva, J. Carvalho, J. Faria, M<sup>a</sup> J. Lança, R. Raminhos
- ▶ **Documentação reproduzida**  
Colaboração do Arquivo e Biblioteca do Instituto Português de Arqueologia (IPA), Instituto Arqueológico Alemão (DAI-Delegação de Madrid), Doutores Carlos Fabião e Jürgen Wahl
- ▶ **Achados arqueológicos - selecção e legendagem**  
Pedro Carvalho e Ana Gonçalves
- ▶ **Propriedade e Edição**  
EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva, SA, R. Zeca Afonso, n<sup>o</sup>2, Beja
- ▶ **Imagens video**  
RTP, programa "O lugar da História" (2000)

O mundo indígena e a sua romanização  
na área céltica do território hoje português, vol 2, 1998

in: Frederico, e. O Mundo Indígena e a sua Permanência no espaço  
célula do território baixo Alentejo, vol. 2, Lu, 1958.

248

embora já não tenha podido observar estas peças.

Apesar de todos estes antecedentes, que dariam uma maior visibilidade ao conjunto das construções da extremidade sul do Baixo Alentejo, acabaria por ser o Castelo da Lousa, Mourão, na margem esquerda do Guadiana, a primeira fortificação romana a ser escavada. Por estranho que pareça, em nenhum momento os investigadores que estudaram a Lousa estabeleceram qualquer comparação, ou sequer referiram, as já bem conhecidas estruturas da área de Castro Verde / Almodôvar, provavelmente por não terem estabelecido qualquer relação entre o monumento de Mourão e esses outros já mencionados no Baixo Alentejo. Em contrapartida, desde o primeiro momento - entenda-se, desde a escavação do Castelo do Monte do Manuel Galo, Mértola -, Manuel Maia e, depois dele, todos quantos trataram a temática das fortificações romanas nas áreas meridionais do actual território português (incluindo o autor destas linhas), estabeleceram a ligação entre a Lousa e todo o conjunto mais meridional, apesar da distância física, das diferenças estruturais e cronológicas que se verificam.

Deve sublinhar-se, porém, de uma forma inequívoca, que o exame detalhado às estruturas conhecidas e seus materiais sugere tratar-se de realidades distintas às quais somente por apreciação grosseira se pode atribuir uma mesma finalidade e cronologia. O Castelo da Lousa, Mourão, é claramente mais antigo, maior e, com toda a verosimilhança, de finalidade distinta dos restantes do Baixo Alentejo (com a possível excepção do Castelo das Juntas, Castro Verde, sobre o qual, infelizmente, muito poucos elementos há), o que, bem entendido, não impede que tenham coexistido no tempo. Isto é, os exemplares do Baixo Alentejo foram construídos em um momento em que ainda se encontrava activa a fortificação da margem esquerda do Guadiana, o que até poderá justificar alguma influência do seu desenho na planificação daqueles. Não me parece, porém, que tenham sido concebidos com o mesmo objectivo ou tenham tido funções análogas.

O castelo da Lousa, por ter sido o primeiro efectivamente escavado, acabou por condicionar fortemente toda a investigação posterior, bem como a abundante literatura sobre os fortins alentejanos. Pela sua singularidade, merece uma atenção particular.

#### 4.1.5.1. O Castelo da Lousa (Mourão)

(Fig. 90)

O Castelo da Lousa, Mourão, é uma imponente fortificação implantada sobre um esporão rochoso, na margem esquerda do Guadiana, enquadrado por duas linhas de água de fraco caudal, pertencentes à bacia hidrográfica deste rio (Fig. 90).

Na sequência de uma notícia publicada no monumental *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, do General João de Almeida (1948), Joaquim Bação Leal visitou o local em 1961 e reconheceu o seu potencial interesse arqueológico, alertando para o facto Afonso do Paço, por essa altura envolvido em investigações no Alentejo (PAÇO / LEAL, 1966a: 167-8; 1966b: 3-4). Apesar de alegadamente suporem tratar-se de "(...) *uma fortificação de limitado valor (...)*", (PAÇO / LEAL, 1967: 3), para além do mais, sujeita a uma acção de destruição recente, resolveram empreender escavações no local porque os "(...) *intrigava a sua situação na margem esquerda do rio*" (*Ibid.*) - a "candura" destes enunciados não deixa de ser surpreendente e diz bastante sobre os objectivos da investigação arqueológica portuguesa da época...

A escavação viria a revelar, no entanto, uma estrutura de grande interesse; pelo que, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, acabaram por realizar uma sucessão de campanhas de investigação, que se estenderam de 1962 a 1967 (PAÇO / LEAL, 1968: 1-2). Como é pecha crónica da arqueologia nacional, a publicação dos resultados foi apenas bastante parcelar e manifestamente insuficiente.

Dos relatórios publicados, que merecerão uma análise mais detalhada, resulta desde logo a impreparação dos autores para um correcto tratamento desta realidade arqueológica; a dificuldade suscitada por uma intervenção em uma estrutura desta natureza, de arquitectura complexa, levou-os a conceder alguma atenção à construção, no seu conjunto, infelizmente, menos aos materiais, que decididamente não conheciam, e a negligenciar totalmente o registo da sua distribuição no interior da fortificação. As fichas que acompanham o espólio depositado no Museu de Évora, quando ainda estão legíveis, referem-se a sectores ou quadrantes da área escavada, nunca a compartimentos, e, para além disso, remetem para um quadro de referência que nunca foi divulgado, inviabilizando, na prática, qualquer tentativa de reconstituição dos agrupamentos. Como se compreenderá, estas lacunas do registo dificultam sobremaneira qualquer discussão séria sobre as funções do monumento, que pretenda ultrapassar o simples domínio da leitura estrutural e da tentativa de datar a sua ocupação a partir da selecção de materiais que se conservou - é evidente, pela observação do espólio depositado no Museu de Évora, que terá havido uma grande "triagem", perfeitamente normal, dentro do "espírito da época".

#### 4.1.5.1.1. Estrutura

Os trabalhadores capitaneados por Afonso do Paço e Joaquim Bação Leal puseram a descoberto um complexo de construções, relativamente bem conservado, dominado por uma

fortificação central de planta rectangular com cerca de 23.5, por cerca de 20 metros (a parede Sul, chamemos-lhe assim, encontrava-se já bastante destruída), organizada em torno de um pátio central, onde se abre uma profunda cisterna de 8 metros de fundo. Este recinto foi integralmente escavado nas campanhas de 1962 a 1964 (PAÇO / LEAL, 1966a; 1966b e 1967). A interpretação então feita, de que se trataria de uma estrutura com duas entradas - uma no eixo do corredor transversal que corre a toda a largura da construção, o Corredor A-A1 (PAÇO / LEAL, 1966a: 180 e Figs. 2 e 6), e a outra (porta Q) rasgada no compartimento P (*Id.*: 181 e Figs. 2 e 14) -, foi posteriormente corrigida por J. Wahl (1985), usando, nomeadamente os dados fornecidos pelas próprias escavações de Paço e Leal, mas nas áreas exteriores à fortificação central - existiria, de facto, uma única entrada, aberta a Este, no compartimento P de Paço e Leal (renomeado compartimento A por J. Wahl) - v. Fig. 90.

O interior da construção encontrava-se genericamente bem conservado, permitia, pelo menos, uma boa leitura da sua organização, da disposição das frestas abertas para o exterior, conservando, ainda, o primeiro lanço de uma escada que acedia a um piso superior. Este recinto central era por sua vez enquadrado por outras construções em plano inferior, que se desenvolvem ao longo da parede Norte, nos ângulos NW e NE, com uma ampla escadaria exterior, em vários lanços, que possibilitava o acesso à porta Q a partir dos planos inferiores a Este, tudo zonas escavadas nas campanhas de 1965-7 (PAÇO / LEAL, 1968). Esquecida parece ter ficado toda a área Sul, onde se reconhece, ainda, um lanço de 43 metros de comprimento do que parece ser uma antiga muralha, a cerca de 70 metros da parede que delimita o recinto central (WAHL, 1985: 156 e Taf. 18 e 32), que nunca foi referida nos relatórios publicados por Afonso do Paço e Bação Leal - é curioso notar que terá sido encontrada uma moeda em "(...) *las cercanías del castillo* (...) (PAÇO / LEAL, 1966a: 182), o que reforçará talvez a ideia de uma efectiva ocupação da área envolvente, que não foi investigada nos trabalhos da década de 60. Quanto às plataformas inferiores estudadas, era evidente o seu adiantado estado de degradação (ainda mais acentuado actualmente), o que permitirá colocar algumas interrogações sobre a sua efectiva composição.

A pesquisa de eventuais paralelos para a planta da fortificação da Lousa, preferencialmente orientada, como se compreenderá, atendendo à sua importância, cronologia e dimensões, para as estruturas militares do *limes* germânico, revelou-se pouco frutífera, pelo que sedimentou a ideia da sua singularidade (PAÇO / LEAL, 1968: 3 e ALARCÃO, 1973: 50 e 1987: 50), o que provavelmente se poderá considerar correcto, como apreciação geral. Somente vários anos mais tarde, o estudo detalhado das estruturas conservadas empreendido por J. Wahl, com o auxílio de C. Ewert, viria a estabelecer não só um mais detalhado plano da fortificação do

Guadiana, como inclusivamente uma correcta leitura do projecto arquitectónico que lhe subjaz (WAHL, 1985). Por esclarecer permanece, todavia, a interrogação sobre o seu real enquadramento: isto é, se foi escavada a área central (ou principal) de um complexo mais vasto, ou se de facto a investigação incidiu realmente sobre toda a construção.

Foi possível identificar uma cuidada planificação da construção central, com um módulo de 20 pés e esquema quadripartido, de simetria perfeita, organizado em torno de um pátio interior, onde se abre a cisterna (*Id.*: 174-176), embora com uma clara extensão na ala Este (CID, 1993: 10 e Desenho 8a), e com as necessárias adaptações para receber a escada de acesso ao piso superior. O piso inferior deveria ter um pé-direito interior de cerca de 2.70 metros (WAHL, 1985: 155) e vãos com os peitoris a cerca de 1.60m do solo (CID, 1993: 10), medida que constitui basicamente uma estimativa, já que nos faltam informações concretas sobre o nível a que foi encontrado o pavimento romano - v. Fig. 90. Na construção do recinto central, para além de uma rigorosa submissão ao plano arquitectónico e uma cuidada escolha dos materiais, verificou-se uma apreciável perícia no domínio das técnicas de cantaria, que permitiu fabricar verdadeiros silhares, com os blocos de xisto, onde não falta mesmo o uso de um "almofadado rústico" (PAÇO / LEAL, 1966a: Fig. 15 e 1966b: 13) - nas palavras de Pedro Cid, "(...) *um genuino opus quadratum, de fadas baixas, definidas com alguma regularidade*" (1993: 8). Refira-se que a dimensão de alguns dos blocos utilizados permitiria o uso da expressão "ciclópico" para definir o seu aparelho: blocos monolíticos que chegam a atingir os 4 metros de comprimento, por exemplo, na escadaria exterior de acesso - parece-me importante sublinhar este aspecto, uma vez que se trata de uma edificação que utilizou matérias-primas pouco aptas a produzir aparelhos deste tipo.

Em todo este recinto central foi identificado um único caso de acrescento, uma pequena parede - a parede O1 de Paço e Leal (1966a: 180 e Fig. 12) - que alterou pontualmente o acesso àquele que designaram por compartimento O, junto da entrada. É claro que não é possível tentar reequacionar os problemas de reconstrução / remodelação que o edifício eventualmente tenha conhecido, porque o seu interior foi, como já disse, integralmente escavado. Mas não deixa de causar alguma estranheza a verificação de um único caso de acrescento / remodelação, ainda para mais com tão escasso alcance e significado. Quase se pode dizer que o edifício teria servido durante toda a sua existência com a mesma organização e distribuição de espaços, o que se pode entender como uma demonstração de não ter havido qualquer adaptação a novos usos e funções.

Por esclarecer ficou, porém, a questão do segundo piso da fortificação central, que deveria erguer-se sobretudo em madeira e taipa, como aliás as sucintas referências a algumas particularidades estratigráficas contidas na publicação de Afonso do Paço e Bação Leal sugerem

- a fortificação parece ter a componente pétreia quase toda conservada *in situ*, tendo, sobretudo, derrubes da componente de terra da construção (1966a: 181 e Fig. 15; 1966b: 6 e Fig. 13). Não será também de excluir a hipótese de esse piso superior ser constituído por um terraço, como foi, aliás, sugerido para alguns dos outros monumentos escavados no Baixo Alentejo (MAIA, 1986: 208) - ainda que de presumíveis funções distintas, como haverá a oportunidade de comentar.

O estudo do investigador alemão J. Wahl revelou-se também particularmente importante para uma correcta reapreciação da cronologia do monumento - que, paradoxalmente, mais não faz que retomar a proposta das mais antigas publicações (ALARCÃO / ALARCÃO, 1967 e ALARCÃO, 1970), estranhamente abandonada em posteriores trabalhos que a ele se referem -, apresentando, ainda, uma nova interpretação para a sua função que, na minha perspectiva, será a parte menos consistente do trabalho, como se verá (*v. infra*).

#### 4.1.5.1.2. Cronologia e funções

Como era habitual nas escavações de Afonso do Paço, as notícias publicadas não são particularmente ricas em detalhes, embora, como se viu, descrevam genericamente as estruturas postas a descoberto e forneçam algumas indicações de natureza estratigráfica. Os textos revelam-se sobretudo pobres no estudo dos materiais recolhidos e sua distribuição, já que os seus interesses estavam claramente orientados para outras épocas (PAÇO / LEAL, 1966a: 167), embora este não seja o único caso (longe disso) de escavações de Paço em sítios arqueológicos do período romano...

Assim, para além da descrição das quatro moedas recolhidas, de alguns desenhos esquemáticos de fragmentos de bordos de cerâmicas comuns, de pesos de tear e cossoiros, de uma fibula em Omega (Tipo B de Fowler), de outro artefacto de bronze de incerta função e dos materiais alegadamente pertencentes a uma esporádica re-utilização do local em épocas tardias (*Idem*: 180-181; 1966b: Figs. 18 e 19 e 1967: Figs. 9-10) as referências ao espólio são vagas e sucintas - fala-se de "(...) *abundantes fragmentos de ânforas (...)*" (PAÇO / LEAL, 1966a: 181; 1966b: 22; 1967: 7), que nunca foram publicados, nem tão-pouco recolhidos, como se pode comprovar pelos materiais conservados no Museu de Évora, instituição que recebeu o espólio deste sítio arqueológico (FABIÃO, 1988: 93); de "(...) *pesadas mós e moinhos manuais (...)*" (PAÇO / LEAL, 1966a: 180-181 e Fig. 13; 1966b: 6 e 1967: 6-7), certamente também deixados no local; de "*Scarci (...) elementi metallici, costituiti di frammenti informi corrosi dalla ruggine, da alcuni oggetti di bronzo (...)*" (*Id.* 1966b: 6), dos quais apenas alguns foram publicados (*Id.*:

1966a: Fig. 21; 1966b: Fig. 17 e, sobretudo, ALARCÃO / ALARCÃO, 1967); de algumas *glandes* de chumbo (PAÇO / LEAL, 1966a: 181; 1966b: 7; 1967: 7 e GUERRA, 1987: 170-171). Pode dizer-se, sem exagero, que praticamente só o conjunto de materiais da campanha de 1963, que foram enviados para o Museu Monográfico de Conimbriga para tratamento, foram objecto de publicação detalhada (ALARCÃO / ALARCÃO, 1967 e ALARCÃO, 1970), não parecendo, contudo, que tenham sido devidamente valorizados para datar os períodos de construção e abandono do monumento, sobretudo nos estudos mais recentes.

De facto, Jorge Alarcão, um dos autores do estudo dos materiais tratados em Conimbriga, viria a considerar a fortificação do Guadiana " (...) *um testemunho importante da arquitectura militar da época de Augusto*", sem deixar de sublinhar que "*Algumas moedas mais antigas (...) não provam que a ocupação tenha sido anterior (...)*" (1973: 50 e 1983: 50); parecendo esquecer o que já antes escrevera (ALARCÃO / ALARCÃO, 1967). Paradoxalmente, no seu *Portugal Romano*, depois da proposta de datação acima transcrita, voltou a referir-se ao sítio, a propósito das importações do período republicano (ALARCÃO, 1973: 144)... Diferente opinião, mais solidamente escorada nos materiais encontrados, tinha a outra Autora do mesmo estudo - "*A fortificação data dos meados do século I a.C. e perdurou guarnecida até aos primeiros anos do século I d.C.*" (ALARCÃO, 1970: 1) - que, naturalmente, conservou o essencial das conclusões alinhadas em 1967.

Coube a Jürgen Wahl o restabelecimento dos mais aceitáveis parâmetros cronológicos para a construção / ocupação do monumento, efectuado no âmbito do estudo que realizou já na década de 80, tendo em atenção o conjunto do espólio recolhido. Assim, em documentada análise aos diferentes materiais encontrados no decurso da escavação de Afonso do Paço e Bação Leal, pronunciou-se a favor de um âmbito cronológico compreendido entre 70 / 60 a.C. e o séc. I d.C. (WAHL, 1985: 161). Entre os elementos caracterizadores do que se poderia definir como a fase de fundação e início da ocupação coloca boa parte das cerâmicas importadas - campaniense, sobretudo o fragmento decorado com o típico motivo romboidal no fundo interno, "paredes finas" e mesmo algumas cerâmicas comuns -; a asa do *simpulum* de (mais que provável) importação itálica e a fibula de La Tène (*Ibid.*). Quanto ao momento terminal, parece-me evidente que, com cautelas compreensíveis, atendendo a que se trata de uma escavação já antiga e com registo deficiente, se propôs um *terminus* no período compreendido entre os meados do reinado de Augusto e o de Tibério, que poderá ser, inclusivamente, excessivamente cauteloso, atendendo aos elementos datantes disponíveis: *Terra Sigillata* itálica das Formas 11 e 22 (*Conspectus...*), para além do já citado exemplar de cálice de bordo pendente, decorado com cena de *thiasos* dionisiaco,

R 1 (*Id.*) atribuído à oficina de *C. ANNIVS* (ALARCÃO, 1970) e tido como uma produção com difusão contemporânea do chamado *Serviço I de Haltern*, datável, portanto, da última década do séc. I a.C. (OXÉ, 1968: 26 e DRAGENDORFF / WATZINGER, 1948: 148-149 e Taf. 31). As restantes formas citadas pertencem, também, ao mesmo *Serviço*, o que confere alguma coerência cronológica a estes elementos datantes da fase terminal da existência da fortificação do Guadiana.

Contrariando toda a anterior tradição literária, Jürgen Wahl exclui a finalidade eminentemente militar do edifício, avançando com a classificação de "casa agrícola fortificada". Em abono da sua tese, alinha uma série de argumentos, com maior ou menor consistência, como se verá, mas que não deixam de constituir uma fundamentação de considerável fragilidade, quase sempre por partir de premissas aceitáveis, para chegar a conclusões pouco firmes.

Começa por contestar o suposto valor estratégico da sua implantação, argumento avançado por Afonso do Paço e Bação Leal, desde a primeira hora, ainda que, objectivamente, mais por a fortificação ali se encontrar do que propriamente por se reconhecer, à partida, um qualquer valor estratégico ao local onde a mesma se instalou - igualmente sobre um potencial valor estratégico se pronunciou Robert Knapp (1985), uma vez mais, sem acrescentar nada de mais sólido a esta ideia. Para Wahl, o facto do *castelo* se encontrar isolado, longe de outros povoados, e de não possuir um mais vasto enquadramento, em uma qualquer "rede" de fortificações, só reforçaria a ideia do nulo valor militar (WAHL, 1985: 161-162). Assim, a poderosa estrutura fortificada, não serviria para defender fosse o que fosse, mas antes para se defender a si própria. Finalmente, a ausência de artefactos estritamente relacionados com actividades bélicas, apontaria no sentido de uma outra função, que não a militar.

Na sequência da negação do carácter castrense do sítio, avança, como hipótese alternativa, a designação de "casa agrícola fortificada", citando, em abono da mesma, um conjunto de paralelos colhidos em âmbito helenístico, sobretudo nas periferias da Civilização Grega, embora com exemplos conhecidos, também, no Norte de África, onde "sobrevivem" ainda em plena época imperial (*Ibid.*: 163-168). As justificações para esta particular organização encontra-as na instabilidade reinante na *Lusitania*, chamando à colação os depoimentos de diferentes autores clássicos, designadamente, Varrão (*R.R.* I, 16, 2), tido como particularmente válido por se tratar de alguém que conhecia bem estas paragens, o exemplo de alguns tesouros monetários conhecidos (Herdade da Gralheira e Monte do Pereiro) e no facto de se não conhecerem *uillae*, no sentido tradicional do termo, nas regiões meridionais do actual território português, nesta época (*Ibid.*: 169-172). Contorna a dificuldade suscitada pela escassa aptidão agrícola da área onde se ergue

o Castelo da Lousa, sugerindo-lhe uma vocação eminentemente pecuária, particularmente relacionada com aquilo a que se vem chamando a exploração de "produtos secundários" (lácteos e téxteis). Em clara demonstração de como os textos clássicos servem para justificar quase tudo o que a moderna investigação desejar, não deixa de mencionar o passo pliniano sobre os téxteis de *Salacia* (*N.H.*, 8, 191; *Ibid.*: 168), manifestamente inadequado para demonstrar seja o que for, particularmente atendendo à distância entre a Lousa e o aglomerado sadino.

A abundância de materiais de importação itálica entre o espólio recolhido pelas escavações de Afonso do Paço e J. Bação Leal (e actualmente depositado no Museu de Évora), na opinião do investigador alemão, sublinha a origem forânea do(s) colonizador(es), atribuindo a fundação deste local, bem como dos restantes de áreas mais meridionais - os *castella* de Castro Verde / Almodôvar / Mértola, aqui mencionados como os paralelos mais próximos -, a um programa de instalação promovido por Pompeio ou César, nestas regiões (*Ibid.*: 171). O facto de se conhecer uma maior longevidade nas utilizações dos Castelos do Monte do Manuel Galo, Namorados e Papa Leite (os casos citados), sublinhe-se todos eles nas regiões mais meridionais, sugeriria uma continuidade da ocupação de alguns destes espaços, provavelmente com diferentes funções (*Ibid.*: 173), o que pressupõe, da sua parte, a convicção de que teriam sido construídos todos com a mesma finalidade.

Depois da publicação do trabalho de Jürgen Wahl, com ligeiríssimos matizes, todos parecem ter aceitado e perfilhado a tese da "casa agrícola fortificada" (ALARCÃO, 1989: 108-110 e MORET, 1995), bem como o suposto projecto de colonização cesariano ou pompeiano, que parece ter-se tornado na explicação consensual para o conjunto de fortificações do actual Baixo Alentejo, relegando definitivamente para o território das hipóteses refutadas, todas as restantes propostas anteriormente apresentadas. Somente Manuel Maia introduziu uma pequena matização a essa tese, sublinhando a vertente mineira destes últimos estabelecimentos (MAIA, 1986 e 1988). Este autor, depois de explicitamente reconhecer que: *"Os elementos recolhidos ao longo de tantos anos de estudo sobre a problemática dos "Castelos" ainda não nos permitem a sua classificação definitiva. § Não refutamos, de forma alguma, a ideia de que se trate de casas fortificadas, nem de que os seus habitantes, vivendo numa semi-autarquia tivessem de produzir os seus próprios alimentos para o que praticariam a agricultura, nas várzeas vizinhas; o que nos parece muito improvável é que o objectivo único subjacente à sua construção, tivesse sido essa agricultura"* (MAIA, 1988: 53-54), acabaria por rever o seu ponto de vista, partindo para a rejeição liminar da hipótese de Wahl - *" (...) excluída, por absurda, a teoria que tenta explicar os castella como sedes de explorações agrícolas "* (MAIA / MAIA, 1996b: 91) -, defendendo e

estruturando em moldes mais explícitos a tese de se tratarem de núcleos de exploração de galenas argentíferas, resultantes de uma *deductio* augustana (MAIA / MAIA, 1996a). Nestes últimos trabalhos publicados por Manuel e Maria Maia, não resulta clara a sua posição relativamente às eventuais relações entre o monumento da margem esquerda do Guadiana e os restantes que escavaram ou sondaram próximo da fronteira natural entre o Baixo Alentejo e o Algarve.

Actualmente, e ao que parece, somente Vasco Mantas continua a defender a hipótese de se tratar, o Castelo da Lousa, de uma fortificação militar, com expressas finalidades de controle territorial (MANTAS, 1996b: 46). Até prova em contrário, julgo que resulta clara esta função, bem como as marcantes diferenças entre este estabelecimento e os seus supostos "congêneres" da região de Castro Verde / Almodôvar / Mértola / Alcoutim.

Como já referi, penso que as propostas de Jürgen Wahl se encontram marcadas por algumas fragilidades, que não têm merecido o devido reparo crítico por parte de quem se tem debruçado sobre estes temas; neste particular, os mais recentes trabalhos de Manuel e Maria Maia fazem um bom balanço da situação (MAIA / MAIA, 1996a e 1996b: 89 e ss.). Vejamos então, ponto a ponto, a solidez da argumentação em favor da hipótese *villa* fortificada - sublinhe-se, tendo somente em atenção o caso do Castelo da Lousa.

Em primeiro lugar, a negação do carácter eminentemente militar do sítio e do seu valor estratégico, constrói-se sobre dados falaciosos. Como a moderna investigação tem demonstrado, os estabelecimentos romanos apresentam, frequentemente, espólios que não deixam apreender de uma forma nítida a sua real natureza. Veja-se o caso da Lomba do Canho (Arganil), que começou por ser considerado um sítio indígena - "castro" lhe chamou João de Castro Nunes nas primeiras publicações que lhe dedicou (1958a e 1958b), embora com a ressalva de ali terem estacionado tropas romanas (NUNES, 1959: 21) -, ou Cáceres el Viejo, onde o material de uso essencialmente "civil" ultrapassa largamente a panóplia bélica (ULBERT, 1984). Para citar somente dois casos peninsulares e de época romana republicana. É certo que são escassas as armas encontradas no Castelo da Lousa, embora existam, dado que nem sempre é reconhecido - pelo menos, duas pontas de projecteis em ferro (ALARCÃO / ALARCÃO, 1967: 10 e Fig. 11, nº 24 e 25) e *glandes plumbeae* (GUERRA, 1987: 170-171, nº 14 a 16) -, mas escasso é também, na generalidade, o espólio recolhido (ou, pelo menos, trazido para o Museu de Évora). Menos representados estão, para sermos objectivos, os artefactos associáveis a actividades agropecuárias, em sentido estrito - embora, em contrapartida, tais objectos sejam abundantes em Cáceres el Viejo e Lomba do Canho, aos quais, presumo, não se negará uma função militar.

Quanto à estrutura, foi o próprio Jürgen Wahl que chamou a atenção para os restos de

uma longa parede, a sùl da fortificação central, que pode sugerir o muito que potencialmente haverá ainda para averiguar sobre o local (WAHL, 1985: Taf. 32 e Plano 1; v. também a Fig. 90), uma vez que os antigos trabalhos conduzidos por Afonso do Paço e Bação Leal se circunscreveram ao poderoso recinto central e às construções das plataformas inferiores que, pela banda norte, descem em direcção ao rio (v. Fig. 90).

O pretenso isolamento do Castelo da Lousa permanece, por outro lado, um dado indemonstrado - desconhecimento de outros casos na área, não deve ser confundido com inexistência de outras estruturas análogas na região -, embora os recentes levantamentos efectuados na futura área de regolfo da barragem do Alqueva assim pareçam confirmar (SOUSA, s/d[1992?] e EDIA, 1996). Julgo, porém, que é necessário formular ideias mais sólidas e concretas sobre as dinâmicas do povoamento local, antes de avançar com afirmações categóricas - esperemos que os projectos regionais de "minimização de impactes sobre o património arqueológico que a construção da barragem vai despoletar possam ser esclarecedores. O valor estratégico do local terá de ser aferido, como é óbvio, pela geografia da ocupação humana da zona, na época, e não em períodos posteriores, uma vez que o seu abandono significa claramente que se teria esgotado nos inícios do séc. I d.C. a sua razão de ser. Por outro lado, quando se fala de uma estrutura militar com esta dimensão, não se supõe que a mesma poderia ter uma função defensiva, relativamente a um território, mas sim uma função de controle e policiamento. Assim, atendendo ao que se expôs sobre as vias de comunicação norte/sul da Idade do Ferro e (por certo, também) destes primórdios da instalação romana, o vale do Guadiana teria constituído, em articulação com a falha de Plasencia (ALVAREZ ROJAS / GIL MONTES, 1988) um importante eixo de circulação que, por si só, poderia justificar a instalação de uma guarnição militar - como já houve ensejo de comentar *supra* 3. os dados da Idade do Ferro local são bem esclarecedores sobre a frequência do vale do Guadiana, no sentido Norte-Sul.

De concreto, o que se poderá dizer, com o que actualmente se encontra disponível, é que parece de excluir a hipótese de ter a fortificação de Mourão pertencido a um antigo *limes*, como chegou a sugerir Robert Knapp (1985); mas o seu isolamento não invalida outras interpretações funcionais, como por exemplo a recentemente avançada por Vasco Mantas, de se poder tratar de um posto de controle de vias de comunicação entre diferentes aglomerados (MANTAS, 1996b: 57, nota 31) - como haverá a oportunidade de comentar, conhecem-se outros estabelecimentos que poderão ter tido funções similares. A necessidade de estabelecimento desta posição militar e a sua conservação, dependem afinal da data da sua fundação, ou, melhor dizendo, da conjuntura em que a mesma foi instalada, bem como das estratégias de povoamento promovidas pelo poder

romano. Só faz sentido discutir possíveis valores estratégicos se conhecermos o que eventualmente haveria para defender e de quem.

De facto, parece-me imprescindível investigar devidamente as formas e estratégias de ocupação do território promovidas no crucial período que se segue ao episódio sertoriano das guerras civis romanas em cenário hispânico, justamente a época de fundação do Castelo da Lousa, para melhor aferir a sua importância. Como procurei demonstrar, esta fase do processo de conquista, parece ter implicado significativas reestruturações do esquema de controle dos espaços já dominados pelas águias de Roma, no âmbito das quais deveremos buscar um enquadramento e explicação para a fortaleza erguida na margem esquerda do Guadiana. Neste particular, julgo que poderá ser do maior interesse um cuidado cruzamento das informações proporcionadas quer pelos povoados pré-romanos (tenham, ou não, sobrevivido às perturbações das Guerras Civis), ainda que sem alcançarem a dignidade urbana; bem como dos mais antigos assentamentos romanos nesta região. Não devemos perder de vista, também, que uma fortificação do tipo da Lousa não é um amuralhado urbano; não se destina a defender um espaço concreto e delimitado, mas antes a albergar uma guarnição que poderia desempenhar funções de policiamento e defesa de uma área sensível, como era, afinal, a margem esquerda do Guadiana, com as suas numerosas explorações mineiras, provavelmente, já em actividade nesta época.

Investigar devidamente significará obter boas leituras estratigráficas em locais que poderão ter desempenhado alguma função em esta fase da ocupação romana do Sudoeste. Por exemplo, não será de excluir a hipótese de um sítio como o chamado "fortim" de Castillo del Pueblo (Cáceres), implantado junto ao importante eixo de comunicação que ligava *Metellinum* a *Norba Caesarina* (ALONSO SÁNCHEZ, 1991), pertencer à mesma época e a análoga estratégia de controle territorial, embora a cronologia proposta para a sua fundação seja mais tardia, segundo a investigadora que ali vem efectuando escavações (*Ibid.*). Tal como poderá pertencer a esta mesma época a construção do Castelo das Juntas, Castro Verde (v. *infra*) - um local que, pelas suas dimensões e cronologia de construção/ocupação, se parece afastar dos restantes fortins do Baixo Alentejo, apesar de se encontrar geograficamente próximo. Outros sítios, como os chamados "recintos ciclónicos" da zona de Évora (CALADO, 1994-1995), dos quais não possuímos, infelizmente, qualquer indício cronológico, ou o recinto da Casa Branca, Ferreira do Alentejo (FABIÃO / NORTON / CARDOSO, 1997), ou ainda o Castelo das Guerras, Moura - onde se conhecem, por exemplo, pelo menos, duas marcas da oficina de *ANNVS* (CAEIRO, 1977), que poderão ser mais ainda, como bem observou Dias Diogo (1980: 5), e estabelecem uma fase coeva com a época terminal da utilização do Castelo da Lousa -; para não falar dos

controversos "recintos-torre" de La Serena, Badajoz (RODRÍGUEZ DÍAZ / ORTÍZ ROMERO, 1986; ORTÍZ ROMERO, 1995 e MORET, 1995) ou da Bética (MORET, 1995), todos eles, ao que parece um pouco mais tardios, embora se possa admitir uma cronologia ainda tardo-republicana.

Neste particular, merece especial atenção o estudo recente de P. Moret (*Id.*), designadamente porque este Autor partiu de uma proposta de filiação na arquitectura indígena (remontando tal herança até às fortificações calcolíticas), formulada em mais antigos trabalhos (MORET, 1990); para a mais recente conclusão de que não existirá, de facto, qualquer relação entre a tradição arquitectónica indígena e a observada nestas peculiares construções (MORET, 1995). A conclusão é importante, visto que constitui o corolário de um longo e cuidadoso projecto de investigação sobre as fortificações antigas no espaço da Península Ibérica (MORET, 1996).

Como já referi, creio que uma das mais interessantes (e verosímeis) hipóteses de explicação para todo um conjunto de estruturas de aparente função militar, implantadas em fase tardia (entenda-se, em uma época em que a frente da conquista romana se afastara já bastante para norte), e de ocupação efémera, será a da(s) conjuntura(s) que medeiam entre os fins da guerra sertoriana e a grande reorganização territorial promovida por Augusto nos territórios hispânicos. Houve, sem dúvida alguma, suficiente instabilidade para justificar a intensificação da presença militar - desde a "reconquista" dos espaços que aderiram ao partido sertoriano, aos conflitos entre cesarianos e pompeianos -; bem como diferentes esboços de reorganização administrativa das províncias hispânicas, que justificam o que parecem ter sido diferentes momentos de instalação, correspondendo, talvez, a diferentes estratégias.

Mas a mais interessante e sugestiva proposta de Jürgen Wahl prende-se com a nova função sugerida para a imponente construção em apreço - supostamente utilizada como "casa agrícola" -; e seu enquadramento institucional - tratar-se-ia de um dos vários estabelecimentos análogos, instalados no âmbito de um plano de colonização do território, de vasto alcance, uma vez que se estenderia, pelo menos, desde a zona de Mourão ao sopé da Serra do Caldeirão. Esta proposta pressupõe uma aproximação do Castelo da Lousa às diferentes construções estudadas por Manuel Maia, que tratarei mais detidamente no ponto seguinte do presente texto. Como principal argumento a favor de tal hipótese foram invocadas (e reproduzidas) as plantas de algumas *villae* fortificadas de época helenística, conhecidas na metade oriental do Mediterrâneo e um exemplo norte-africano (WAHL, 1985: 166-7, Abb. 8-9); Pierre Moret encarregou-se de acrescentar mais alguns casos à lista dos paralelos, embora com o principal intuito de sublinhar

que este tipo de organização construtiva conhecia diferentes utilizações no mundo romano (MORET, 1995), o que me parece um dado de extrema importância.

A simples confrontação dos exemplos parece-me suficiente para confirmar a semelhança das plantas, mas também para sublinhar a significativa dissemelhança estrutural. As imponentes muralhas da Lousa em nada se parecem com as construções que delimitam as "casas agrícolas" invocadas. Quanto à aproximação, ensaiada por P. Moret (*Id.*: Fig. 2), entre a *villa* extremeña de La Sevillana (Esparragosa de Lares) (AGUILLAR SAENZ / GUICHARD, 1993: 161-165) e a fortificação do Guadiana, mais não faz que sublinhar o absurdo de pretender comparações estruturais, somente com base nas plantas, pese embora a inegável semelhança das mesmas. O equívoco residirá, provavelmente, no facto de se pretender estabelecer uma oposição entre arquitectura de carácter "civil" e uma outra de natureza "militar", que não fará qualquer sentido nestas paragens e, muito menos, nesta época. Os modelos arquitectónicos aplicados em um ou outro contexto seriam simplesmente os mesmos, como sempre acontece nos espaços provinciais romanos, tendo inclusivamente demonstrado, o investigador francês, como estes modelos se adaptavam bem às mais desvairadas funções (*Id.*: 532-524 e Figs. 2 e 3).

Por outro lado, não se observa no Castelo da Lousa qualquer organização espacial que denuncie a suposta finalidade agrícola. Se excluirmos o conjunto de mós encontrado junto da entrada do compartimento P, em contexto não esclarecido pelos escavadores - mas dificilmente conservadas *in situ*, uma vez que se trata do compartimento de acesso ao recinto central da fortificação - e que, por si só, nada significam, uma vez que as necessidades alimentares de qualquer estabelecimento humano justificariam a sua presença, nada sugere uma utilização com finalidades especificamente agrícolas. Não há estruturas de lagar, nem armazéns, nem qualquer outra distinção funcional observável nos diferentes compartimentos - com a ressalva de poder, efectivamente, ter existido alguma informação nesse sentido, que não foi notada ou registada pelos responsáveis pela escavação. A pretensa vocação eminentemente pecuária invocada, baseia-se unicamente no achado de cossoiros, nem sequer particularmente numerosos, e de pesos de tear, o que parece manifestamente escasso, atendendo ao que se verifica nos mais diferentes sítios arqueológicos desta época e desta mesma região. Ainda que não explicitamente assumida, esta proposta de um carácter fundamentalmente pecuário parece assentar na admissão do escasso potencial agrícola dos solos que se encontram nas imediações do castelo.

No fundo, toda a argumentação que sustenta a refutação do uso militar, baseada na análise do conjunto dos artefactos recolhidos (e que até se poderá considerar algo forçada, uma vez que existem as pontas de projecteis em ferro e as *glantes plumbeae*), pode ser usada, *mutatis*

*mutandis*, para negar um qualquer uso agro-pecuário para esta construção. Facto que, aparentemente, não tem incomodado muito os defensores desta hipótese funcional.

Uma última questão suscita interrogações não resolvidas: o da implantação escolhida para esta construção. De facto, a região em causa é constituída por solos particularmente pobres, de fraquíssima aptidão agrícola, paradoxalmente não muito distante das zonas onde os bons solos existem (os chamados *barros de Beja*) e onde se conhecem numerosas *villae* de época imperial, ou mesmo de mais antiga fundação. Mesmo admitindo as mais estreitas margens cronológicas para os materiais de datação segura recolhidos pelas escavações de Afonso do Paço e Bação Leal, a fortificação em causa teria coexistido com as mais antigas *villae*, em sentido tradicional (isto é, não fortificadas), conhecidas nas regiões meridionais da *Lusitania*, nomeadamente no próprio território pacense. Dificilmente se compreenderia, deste modo, a sobrevivência de uma instalação em paragens tão agrestes e de tão escassa rendibilidade, se a sua finalidade fosse apenas de natureza agro-pastoril, difícil se torna compreender também o enorme investimento feito na sua construção e, menos ainda, as razões da sua sobrevivência até à mudança da Era - recorde-se que algumas das mais antigas explorações agrárias da área da Vidigueira conheceram curtíssimas ocupações, estimadas em não mais de três gerações, em momentos coevos da ocupação da Lousa (MANTAS, 1986 e MANTAS / SILLIÉRES, 1990). Se tão facilmente se abandonavam explorações agrárias em áreas de bom potencial agrícola, por maioria de razões se faria o mesmo na margem esquerda do Guadiana, logo que os pretensos sinais da instabilidade que teria justificado a sua fortificação desaparecessem. Acrescente-se que, na mesma região em que se erguem os *castella* que Manuel Maia estudou, se conhece, pelo menos, uma *villa* de fundação antiga e sem quaisquer fortificações, o estabelecimento de Neves (MAIA, 1986: 220; MAIA / MAIA, 1996a: 75 e 1996b: 90-92), bem próxima, aliás, de dois dos *castella* locais (v. Fig. 8), o que só sublinha a fragilidade de uma interpretação deste tipo.

Resta agora indagar do suposto enquadramento do Castelo da Lousa em um hipotético plano de colonização cesariano ou pompeiano. Não adianta invocar, uma vez mais, a fraca aptidão agro-pecuária do local, *já de si estranha para escolha de um primeiro projecto de instalação de veteranos militares de origem itálica*, como pretendeu J. Wahl (1985: 171). Resulta a vários títulos insólito o facto de se documentar este pretenso plano justamente em área periférica relativamente aos núcleos geradores de efectivos projectos de instalação, expressos em deduções coloniais. Ainda para mais, com um único exemplo conhecido, em regiões que, apesar de tudo, têm sido objecto de alguns programas de prospecção com carácter mais ou menos sistemático. Como teremos oportunidade de ver, no que respeita à data de fundação, só de uma forma

manifestamente forçada se poderá admitir uma contemporaneidade com os chamados *castella* do sul do Baixo Alentejo, também eles estruturalmente diversos do Castelo da Lousa.

A mais recente proposta de P. Moret, que sugere uma segunda vaga de colonização não oficial, na periferia das *Coloniae* do Sudoeste ("*(...) les maisons fortes ne sont jamais antérieurs aux déductions coloniales*"), tendo em atenção, sobretudo, os *castella* mais meridionais (MORET, 1995: 549-550); afinal, mais não faz do que actualizar a "velha" proposta do investigador alemão, fazendo melhor uso dos dados fornecidos pelo registo arqueológico. De qualquer modo, enquanto proposta explicativa não se aplica ao Castelo da Lousa, uma vez que esta estrutura é manifestamente anterior - esta dificuldade em enquadrar na mesma lógica de povoamento a fortificação da margem esquerda do Guadiana e as construções mais meridionais, perpassa por todo o texto do Autor francês e justificará, inclusivamente, as reservas que coloca à sua cronologia (*Id.*: 529) - é interessante notar que, em termos gráficos e cartográficos, P. Moret reconhece a singularidade da fortificação de Mourão.

Como haverá oportunidade de debater ao longo do presente capítulo, terá havido, de facto, um antigo plano de instalação de colonos(?) e de criação de estruturas de controle do território, que parece ter gerado núcleos de natureza peculiar, de difícil caracterização por simples observação de superfície, ocupados por curtos lapsos de tempo, embora não me pareça que haja indícios seguros que permitam fazer recuar um tal projecto a tempos tão remotos como aqueles que Jürgen Wahl propõe - sublinhe-se, digo que não há *indícios de*, o que não significa que não possam ter existido realmente instalações dessa época. Houve, também, um movimento de ocupação territorial, identificado por numerosas construções, que parecem ter obedecido a um mesmo risco arquitectónico, na extremidade meridional do Baixo Alentejo. No entanto, o Castelo da Lousa apresenta uma singularidade estrutural e a sua construção remete para um âmbito cronológico que o destaca claramente desses outros exemplos conhecidos - com a possível excepção do Castelo das Juntas, Castro Verde, como já disse, que também se distingue bem dos demais conhecidos na região -; e que terei oportunidade de tratar mais extensamente.

Assim, procurando sintetizar os dados efectivamente disponíveis sobre a importante fortificação da margem esquerda do Guadiana, pode afirmar-se, sem sombra de dúvidas, que o conjunto terá sido construído em torno do segundo / terceiro quartel do séc. I a.C.. A datação augustana que chegou a ser proposta parece manifestamente incorrecta e as objecções que têm sido levantadas à falta de um conhecimento preciso dos contextos em que foram recolhidos os materiais (MORET, 1993: 529) não me parecem pertinentes - para lá dos contextos, existem os materiais, em si, demonstrando essa mais antiga fundação; e nem sequer estou a considerar as

moedas, sempre mais problemáticas para uma delimitação categórica de fases de construção/ocupação. De facto, toda uma série de diferentes artefactos sugere um âmbito cronológico coerente, independentemente de desconhecermos as circunstâncias contextuais da sua recolha - entenda-se, em que compartimento se encontravam; se estavam sobre os antigos pisos, em áreas revolvidas, ou no meio de camadas de derrube; ou que associações de registavam.

Esta cronologia tão alta para a sua instalação constitui um dado relevante, que confere ao Castelo da Lousa uma fortíssima singularidade, como bem observou Jorge Alarcão, antes de abraçar a tese das "casas agrícolas fortificadas". Infelizmente, há indícios de que não terá sido escavada na íntegra a área construída e ocupada, o que inibe uma correcta percepção do conjunto. Por outro lado, a extrema selectividade da recolha dos materiais encontrados, ao que parece, de si pouco abundantes, impede também uma melhor caracterização cronológica do período de ocupação. Estas questões ganham natural importância neste momento, já que o local irá ficar submerso pelo regolfo da barragem do Alqueva. Esperemos que o projecto de investigação que se desenha para o local venha a fornecer elementos esclarecedores para estas dúvidas.

Quanto à data de abandono, as interrogações são também muitas, basicamente pelas mesmas razões (falta de registos precisos). Os elementos que poderemos considerar datantes, sobretudo a *terra sigillata* itálica, sugere um abandono nas proximidades da mudança da Era, particularmente no primeiro decénio do séc. I d.C.. Mas, com todas as reservas que merece a escavação do local e a publicação dos seus dados, creio que será aceitável conservar a proposta de Jürgen Wahl de datar de entre os meados do reinado de Augusto e o de Tibério o seu abandono definitivo (1986: 161). Isto é, a fortificação da margem esquerda do Guadiana teria estado em funções desde os fins da guerra sertoriana, até aos primórdios da nova organização provincial da *Hispania*. Este quadro cronológico - bem estabelecido, com base nos materiais conhecidos, embora com as reservas já expostas -, parece articular-se bem com o que conhecemos sobre a história da ocupação romana do Sudoeste neste período; o que, em meu entender, só reforça a hipótese de se tratar, de facto, de uma instalação militar.

O facto de se encontrar implantado em área de escassa aptidão agro-pecuária, aliada à sua longevidade, que, em termos práticos, o tornou largamente contemporâneo de outras antigas instalações, essas sim de natureza inequivocamente agrícola, parece um forte argumento contra a hipótese de uma finalidade eminentemente rural. Por outro lado, nunca será de mais sublinhá-lo, não se identificaram utilizações diferenciadas concretas para os vários compartimentos, nem se detectaram quaisquer equipamentos típicos de uma exploração rural. A imponência das estruturas construídas - que fizeram do sítio uma referência perene, para além da reocupação medieval que

poderá ter conhecido - e que se pode confirmar pelos materiais depositados no Museu de Évora -, embora o espólio atribuído a essa época por Paço e Leal seja, na realidade, mais antigo, coevo da ocupação dos fundadores (PAÇO / LEAL, 1966a: 181-182), o local era suficientemente imponente para ter suscitado a curiosidade dos populares e, na sua esteira, dos arqueólogos (*Ibid.*:178). Finalmente, a qualidade dos materiais importados ali encontrados, que desde sempre impressionou todos quantos ocuparam deste monumento - sugere um nível social para os seus ocupantes dificilmente compatível com os magros recursos que a exploração da área envolvente proporcionaria.

A conjugação destas observações reforça a hipótese de uma finalidade eminentemente militar para o estabelecimento da margem esquerda do Guadiana. É certo que não parece verosímil imaginá-lo como um elemento de organização defensiva de um qualquer hipotético *limes*, como foi sugerido por R. Knapp (1985), nem tão-pouco constituiria uma instalação militar relevante, albergando uma grande guarnição - a menos que o recinto central seja, de facto, apenas uma das componentes de um estabelecimento maior e mais complexo. Mas dificilmente parece admissível uma outra utilidade ou função que se não relacionasse com o controle do território ou de uma via de comunicação, mesmo que confiada a um pequeno contingente. Por isso mesmo, parecem pertinentes as palavras de Vasco Mantas que, recentemente, recuperou para a Lousa o seu carácter castrense, bem como a sua singularidade estrutural (MANTAS, 1996b: 57, nota 31).

Embora seja prematuro tecer grandes considerações sobre a função do local (ainda para mais quando decorrem novas e "definitivas" investigações, no âmbito das medidas de minimização do impacte da construção da barragem do Alqueva), creio que algo se poderá dizer sobre o contexto da sua fundação/instalação. De facto, pelo espólio, tudo parece indicar que o castelo poderá ter sido construído logo após o esmagamento dos partidários de Sertório. Este episódio foi suficientemente marcante, particularmente por ter deixado bem expressa a situação de insegurança que ainda se fazia sentir na *Hispania*, onde algumas das populações indígenas revelavam uma marcada propensão para apoiar insurreições contra o poder constituído de Roma.

O conjunto das pretensas fundações de Cecílio Metelo que, pelas razões já expostas, deveriam ter ocorrido somente depois da derrota sertoriana, poderão indiciar um movimento geral de retomada de posições perdidas; que, de algum modo, se poderá articular com as situações de destruição e abandono que a investigação arqueológica vem documentando em sítios indígenas (com ou sem guarnições romanas) e estabelecimentos militares. É no quadro deste novo processo de reapropriação e reordenamento dos espaços registado no Ocidente peninsular que se deverá enquadrar a construção do Castelo da Lousa. Atendendo a que não deveria ainda jogar um papel

determinante a chamada "via da Prata", eixo de circulação norte-sul de importância vital, em época posterior, é bastante provável que o vale do Guadiana mantivesse ainda (mesmo que em crescente perca) a relevância de épocas anteriores. Nesse sentido, pode admitir-se que a fortificação de Mourão pudesse constituir um posto importante de vigilância e controle, talvez mesmo em articulação com outros locais ainda não identificados ou não valorizados nessa função. Sem querer entrar em especulações sem fundamento, creio que só um conhecimento mais preciso da natureza das ocupações de alguns dos sítios da região, designadamente locais habitualmente classificados como povoados indígenas ou sítios romanos de carácter indefinido, poderão esclarecer devidamente a questão - penso, por exemplo, em Jerumenha ou no povoado da Misericórdia (SOARES, 1996) ou, ainda, em pequenos locais de função não identificada nas margens do Guadiana registados pelo levantamento arqueológico promovido pela empresa que gere a construção da barragem do Alqueva (EDIA, 1996), para mencionar somente um eixo norte-sul, ao longo do curso do rio, por onde circularam, em épocas anteriores, materiais (ânforas ibero-púnicas, cerâmicas áticas e outras), gentes e ideias(?), como o espólio da sepultura do Monte da Cardeira sugere (Figs. 27 e 34).

A consciência da instabilidade reinante justificaria, inclusivamente, a manutenção de importantes efectivos militares na Península Ibérica, nos segundo e terceiro quartel do séc. I a.C... As movimentações militares de César na *Uterior*, em 61-60 a.C., e a manutenção de dois legados de Pompeio nesta mesma província, nos anos 50 a.C. poderão considerar-se outros tantos exemplos de que existiria uma consciência de que a pacificação assentava ainda em bases precárias. A própria forma como os pompeianos encontraram apoio no sudoeste peninsular sugere que, mesmo sem ser palco de grandes confrontos militares, esta zona justificava naturais cuidados aos governadores romanos.

Diferentes do Castelo da Lousa, na estrutura, finalidade e cronologia de construção teriam sido os *castella* de paragens mais meridionais, que Manuel Maia estudou.

#### 4.1.5.2. Os *castella* do Baixo Alentejo e Algarve

(Fig. 91)

Nos inícios da década de 70, Manuel Maia iniciou as escavações no primeiro de um conjunto de *castella* existentes no Baixo Alentejo e Algarve: o Castelo do Monte do Manuel Galo, Mértola (MAIA, 1972 e 1974, v. também Fig. 91, nº 3), identificado por Caetano de Mello Beirão. Infelizmente, para além dos aspectos complexos que se prendem com a determinação das

## Referências:

AGUILAR SAENZ, A.; GUICHARD, P., 1993, *Villas Romaines D'Estrémadure: Doña María, La Sevillana et leur Environnement*, Madrid (Collection de la Casa de Velázquez, 43).

ALARCÃO, A. M., 1970, Cálice de Terra Sigillata da Oficina de C. Annius (Filiado na Obra de Rasinius), *Conimbriga*, 9, p.1-6.

ALARCÃO, A.; ALARCÃO, J., 1967, Alguns Materiais da Campanha de 1963, in: PAÇO, A. *et alii*, p.7-11.

ALARCÃO, J., 1973, *Portugal Romano*, Lisboa, Verbo.

ALARCÃO, J., 1987, Traços Essenciais da Geografia Política e Económica do Vale do Tejo na Época Romana, in: SILVA, A. C. (Dir.), p. 55-58.

ALARCÃO, J., 1988, *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, Europa-América.

ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R. ; MAYET, F., 1990, *Les Villas Romaines de S. Cucufate (Portugal)*, Paris, Ed. Diffusion E. De Boccard.

ALMEIDA, J., 1945, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, 3 vols., Lisboa, Império.

ALONSO SÁNCHEZ, M.A., 1991, El Fortín Romano del "Castillo del Puerto", Cáceres. El Control del Territorio, *I Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura (1986-1990)*, *Extremadura Arqueológica*, 2, p. 417-430.

ALVAREZ ROJAS, A.; GIL MONTES, J., 1988 Aproximación al Estudio de las Vías de Comunicación en el Primer Milenio Antes de Cristo en Extremadura, *Trabajos de Prehistoria*, 45, p. 305-316.

CAEIRO, J. O. S., 1976-1977, Marcas de Oleiro em "Terra Sigillata" Itálica do Castelo das Guerras (Moura), *Setúbal Arqueológica*, 2-3, p. 419-422.

CALADO, M., 1994-1995, Recintos Ciclópicos no Alentejo Central, *A Cidade de Évora - Boletim Cultural da Câmara Municipal*, IIª série, 1, p. 275-285.

CID, P.A.B., 1993, *A Arquitectura dos Castella do Baixo Alentejo e Serra Algarvia*, Trabalho elaborado no âmbito do Mestrado em História da Arte, na Univ. Nova de Lisboa (ano lectivo de 1992-1993), s/l, policopiado.

DIOGO, A. M. D., 1980, *Marcas de Terra Sigillata Itálica em Portugal*, Lisboa, G.E.C.A.

DRAGENDORFF, H.; WATZINGER, C., 1948, *Arretinische Reliefkeramik*, 2 vols, Reutlingen, Gryphius Verlag.

EDIA, 1996, *Património Arqueológico no Regolfo de Alqueva. Quadro Geral de Referência*, Edia (Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S. A.), Beja.

FABIÃO, C., 1989 *Sobre as Ânforas do Acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*, Lisboa, UNIARQ/INIC (Cadernos da Uniarq, 1).

FABIÃO, C.; NORTON, J.; CARDOSO, J. L., 1997, O Recinto Fortificado de Casa Branca (Ferreira do Alentejo), *Al-Madan*, II série, 6, p. 38-42.

GUERRA, A., 1987, Acerca dos Projécteis para Funda da Lomba do Canho (Arganil), *O Arqueólogo Português*, Série IV, 5, p. 161-177.

KNAPP, R. C., 1985, The Significance of Castelo da Lousa, *Actas del III Coloquio de Lenguas y Culturas Paleohispanicas (Lisboa, 1980)*, Salamanca, Ed. Universidad de Salamanca, p. 159-163.

MAIA, M., 1974a, 1ª Campanha de Escavações Realizada no Cerro do Castelo do Manuel Galo (Mértola) Uma Possível Fortaleza Romana, *Actas das II Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1972)*, Vol. II, Lisboa, AAP, p. 139-155.

MAIA, M.1974b, Fortaleza Romana do Monte Manuel Galo (Mértola), *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia (Porto, 1973)*, Vol. I, Porto, p. 325-331.

MAIA, M.1978a, Fortalezas Romanas do Sul de Portugal, *Zephyrus*, 28-29, p. 279-285.

MAIA, M.1986, Os Castella do Sul de Portugal, *Madriider Mitteilungen*, 27, p. 195-223.

MAIA, M.,1988, Os Castella do Sul de Portugal - sua Integração Histórica, in: *Actas do 1º Encontro de Arqueologia da Região de Beja (Beja, 1986)*, *Arquivo de Beja*, 2ª série, 3, p. 43-55.

MAIA, Mª; MAIA, M., 1986, *Arqueologia da Área Mineira de Neves-Corvo. Trabalhos Realizados no Triénio 1982-84*, SOMINCOR, s/l.

MAIA, Mª; MAIA, M., 1996a, Os Castella do Sul de Portugal e a Mineração da Prata nos Primórdios do Império, in: REGO, M. (Dir.), p. 60-81.

MAIA, Mª e MAIA, M., 1996b, Arqueologia do Couto Mineiro de Neves-Corvo, *Idem*, p. 82-93.

MANTAS, V. G., 1986, Implantação Rural Romana em torno da Villa de S. Cucufate (Vidigueira), *1º Encontro de Arqueologia da Região de Beja (Beja, 1986)*, *Arquivo de Beja*, 2ª série, 3, p. 199-214.

MANTAS, V. G., 1996b, Em Torno do Problema da Fundação e Estatuto de Pax Ivlia, *Arquivo de Beja*, série III, 2-3, p. 41-62.

- MANTAS, V. G. ; SILLIÉRES, P., 1990, La Vie Économique du Domaine, in: ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R. e MAYET, F. (Dir), p. 149-183.
- MORET, P., 1990, Fortins, "Tours d'Hannibal" et Fermes Fortifiées dans le Monde Ibérique, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 26(1), p. 5-43.
- MORET, P., 1995, Les Maisons Fortes de la Bétique et de la Lusitanie Romaines, *Révue des Études Anciennes*, 97 (3-4), p. 527-564.
- MORET, P., 1996 *Les Fortifications Ibériques de la Fin de l'Âge du Bronze à la Conquête Romaine*, Madrid, Casa de Velázquez (Collection de la Casa de Velázquez, 56).
- NUNES, J. C., 1958a, Broches-Fíbulas em Castros Portugueses, *Zephyrus*, 9(2), p. 231-233.
- NUNES, J. C., 1958b, Novos Elementos para o Estudo da Arte Castreja em Portugal, *Revista de Guimarães*, 68, p. 5-17.
- NUNES, J. C., 1959, Fíbulas de Tipo Nauheim no Castro da Lomba do Canho, em Arganil, *Revista de Guimarães*, 69, p. 5-23.
- ORTIZ ROMERO, P., 1995, De recintos, Torres y Fortines: Usos (y Abusos), *Extremadura Arqueologica*, 5, p. 177-193.
- OXÉ, A., 1968, *Arretinische Reliefgefässe Vom Rhein*, 2 vols., Bonn, Römisch-Germanische Kommission des Deutschen Archäologischen Instituts zu Frankfurt A.M. (Materialien zur Römisch-Germanischen Keramik, 5) - original de 1933-1934.
- PAÇO, A.; LEAL, J.B., 1966a, Castelo da Lousa, Mourão (Portugal). Una Fortificación Romana de la Margen Izquierda del Guadiana, *Archivo Español de Arqueología*, 39 (113-114), p. 167-183.
- PAÇO, A.; LEAL, J.B., 1966b, Castello di Lousa. Fortino Romano sulla Guadiana, a Mourão (Portogallo), *Estratto da Estudos Italianos em Portugal*, 26 (I).
- PAÇO, A.; LEAL, J.B., 1968 Castelo da Lousa (Mourão). Campanhas de Escavações de 1965, 1966 e 1967, *Conimbriga*, 7, p. 1-6.
- PAÇO, A.; LEAL, J.B.; ALARCÃO, A.; ALARCÃO, J., 1967 Castelo da Lousa (Mourão), *Separata do Boletim da Junta Distrital de Évora*, 6.
- REGO, M. L. V. (Dir.), 1996, *Mineração no Baixo Alentejo*, Castro Verde, C. Municipal de Castro Verde.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; ORTIZ ROMERO, P., 1986, Avance a la primera Campaña de Excavación en el Recinto-Torre de Hijovejo (Quintana de la Serena, Badajoz). El Sondeo núm. 2, *Norba*, 7, p. 25-41.

SILVA, António Carlos (Dir.), 1987, *Arqueologia no Vale do Tejo (Catálogo de Exposição)*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural / Departamento de Arqueologia.

SOARES, A. M. Monge, 1996, Povoado da Misericórdia (Margem Esquerda do Guadiana, Serpa). Ocupações Humanas e Vestígios Metalúrgicos, *Vipasca - Arqueologia e História*, 5, p. 103-116.

SOUSA, Orlando s/d [1992?], *Projecto Arqueológico do Alqueva (1989/91). Relatório Síntese*, Évora, Direcção Regional de Évora do IPPAR (policopiado).

ULBERT, G., 1984, *Cáceres el Viejo. Ein Spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Extremadura*, Berlim (Madrider Beiträge, 11).

WAHL, J., 1985, Castelo da Lousa. Ein Wehrgeöft Caesarisch-Augusteischer Zeit, *Madrider Mitteilungen*, 26, p. 150-176.